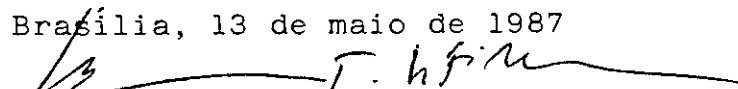


CEDI - P. I. B.  
DATA 22 / 05 / 87  
COD. 0 AD 20

DOSSIÊ: Propostas para encaminhamento de processos  
de constituição de áreas indígenas no Alto  
Rio Negro

1. Notícia sobre a nação Dôw e proposta para regularização de seus direitos territoriais
2. Encaminhamento inicial para constituição da Área Indígena Rio Xié
3. Proposta para regularização das terras de ocupação dos Desana, Arapasso e Tukano, em São Luiz, Rio Negro
4. Proposta preliminar para a constituição da Área Indígena Balaio
5. Área Indígena Serra da Boa Esperança: sugestões para encaminhamento

Brasília, 13 de maio de 1987

  
Ligia T. Lopes Simonian

COORDENADORIA DE TERRAS INDÍGENAS/SG/MIRAD

Informação Técnica nº 149

NOTÍCIA SOBRE A NAÇÃO DÔW E PROPOSTA PARA REGULARIZAÇÃO DE SEUS DIREITOS TERRITORIAIS

1. Nota introdutória

Os Dôw (autodenominação; significa "gente") são conhecidos entre os indígenas do Alto Rio Negro e junto à população não índia como Kamã, denominação à qual atribuem conotação pejorativa e indicativa de marginalização e de situação de escravo.

Atualmente os Dôw habitam no Sítio Uaruá ("espelho"), localizado à margem direita do Rio Negro e defronte à sede do município de São Gabriel da Cachoeira, em terras situadas no mesmo município e adquiridas pela Associação de Linguistas Evangélicos Missionários (ALEM) em 1985.

A situação presente dos Dôw os coloca na base da pirâmide social regional, pois vivem em situação de profunda marginalização social, econômica e política, são explorados enquanto força de trabalho e considerados na hierarquia indígena do Alto Rio Negro como escravos. Paradoxalmente começa a emergir um entendimento contrário, e de conotação positiva, que tenta apresentar os Dôw como legítimos indígenas, os únicos que não teriam se submetido (sic) aos diferentes processos civilizatórios impostos às nações indígenas do Alto Rio Negro.

Depois de terem sido submetidos à constantes tentativas de extermínio de parte de indígenas do Alto Rio Negro, os Dôw entraram em contato com a frente de expansão extrativista que se instala na região a partir do início do presente século, quando então foram submetidos ao alcoolismo, do qual não conseguem se libertar. Aliado à toda uma situação de

opressão, exploração e dominação a que estão submetidos, o alcoolismo contribuiu sobremaneira para o enfraquecimento da identidade da nação Dôw, a qual vem enfrentando dificuldades de toda ordem para sair da condição de penúria em que se encontra.

As informações apresentadas nesta notícia foram levantadas in loco, isto é, no Sítio Uaruá, via observação direta e entrevista realizada com o Sr. Valteir Martins, missionário-linguista da ALEM, o qual se encontra na área desde 1985. De fato a autora realizou duas curtas visitas aos Dôw, nos dias 27 e 28 de abril p.p., quando também teve a oportunidade de fazer uma documentação fotográfica.

A presente informação técnica pretende, portanto, apresentar dados significativos sobre a experiência dos Dôw em seu contato com os indígenas do Alto Rio Negro e com a população regional não indígena, sobre os processos de movimentação em amplo território, a dispersão e o confinamento em áreas cada vez menores e a problemática em termos de recursos naturais disponíveis para sua sobrevivência. A mesma também pretende fornecer informações sobre as condições de dominação, exploração e opressão a que foram os Dôw submetidos, bem como sobre alguns aspectos de sua cultura. Por fim uma proposta de constituição de área indígena destinada à posse, uso e usufruto exclusivo à esta nação indígena será apresentada.

## 2. A problemática da terra

A memória social dos Dôw registra sua presença em um amplo território, o qual se estende desde o Rio Japurá, onde viviam em um dos seus afluentes, indo até o Rio Marié e o Rio Curicuriari, e finalmente até as proximidades de São Gabriel da Cachoeira. É Isabel, a indígena Dôw mais

idosa quem relata a experiência de sua nação, nos constantes deslocamentos a que foram submetidos, quer por pressões de outras nações indígenas que os perseguiram e atacavam, quer de parte de segmentos da sociedade não indígena, notadamente daqueles setores ligados ao extrativismo e ao sistema do barracão/aviamento.

No Rio Japurá os Dôw teriam vivido no afluente Witch (?), local onde foram atacados por outros indígenas. De lá se deslocaram para o Rio Marié, de onde têm recordações ligadas à massacres e à existência de um forno. O próximo deslocamento ocorreu rumo ao Rio Curicuriari, depois de terem sofrido novas perseguições. Neste Rio os Dôw viveram junto ao Igarapé Icuí, de onde teriam saído há aproximadamente 70 anos rumo à Serra do Cambari. Nas proximidades da Serra do Cambari os Dôw também viveram no Sítio Acará, e de lá retornaram à Serra em questão. É desta mesma Serra que os Dôw se dispersaram, após cisão interna, tendo um grupo se deslocado para Acará (chefia do pelo indígena Peri), outro se dirigido para São Gabriel da Cachoeira (chefiado por Luiz) e, um terceiro grupo permanecido também nas proximidades de São Gabriel da Cachoeira. Portanto, é da Serra do Cambari que os Dôw rumaram para São Gabriel da Cachoeira. A indígena Isabel também refere em seu discurso sobre uma outra ocupação Dôw, localizada no Igarapé Wit, onde abriram roças e trabalharam para os Tukano.

Importa lembrar que certamente parte destes deslocamentos Dôw pode ter sido consequência de uma prática própria de sua cultura: quando há falecimento de idosos eles costumam mudar de sítio, pois acreditam que o espírito do falecido permanece no local, para se vingar dos vivos. Outro aspecto da cultura Dôw que pode ter influenciado nos deslocamentos é sua prática exogâmica a nível de organização familiar,

como no caso da formação dos três grupos referidos no parágrafo anterior. Mas em que pese tais influências, os Dôw sofreram perseguições sistemáticas, foram vítimas de massacres e trucidamentos, num período que vai provavelmente desde a segunda metade do século passado até meados da segunda década do presente século.

Atualmente, conforme já referido anteriormente, os Dôw vivem no Sítio Uaruá, localizado na margem direita do Rio Negro e defronte à cidade de São Gabriel da Cachoeira. As terras são exíguas e resultam da compra que o missionário-linguista Valteir Martins fez com recursos provenientes da ALEM, associação à qual está vinculado. Na parte junto ao Rio Negro as terras em questão têm apenas 1.000 m de comprimento. Elas são insuficientes para acomodar a todos os indígenas, pois contam apenas com uma área fértil muito pequena, já que para os fundos a área é composta de caatinga e lama arenosa, o que não permite a expansão das roças, diminuindo assim o potencial alimentar dos Dôw. Tais condições têm se constituído em preocupação para os Dôw e para Valteir Martins. Este inclusive informou sobre a preocupação dos indígenas na oportunidade em que o grupo do Luiz, que se encontrava do outro lado do Rio Negro, se decidiu a ir morar no Sítio Uaruá.

Agrava ainda mais as condições de sobrevivência dos Dôw o alcoolismo do qual não conseguem se libertar. Os indígenas inclusive dizem que se fossem os índios da época do contato com os brancos (que ocorrera há uns 70 anos) não teriam permitido a incorporação de bebidas alcoólicas. Eles têm consciência sobre os malefícios do álcool, mas hoje chegam a consumi-lo puro, pois o aguardente se tornou muito caro. Uma tal situação debilita muito mais as condições físicas dos indígenas, o que repercute não só em suas condições de saúde, mas também em termos de organização sócio-cultural e política, como se verá

adiante.

A FUNAI, por outro lado, não tem mostrado um maior interesse pela situação dos Dôw. De fato apenas um projeto de criação de gado foi elaborado e prometido aos indígenas, mas se encontra totalmente paralizado. O missionário-linguista Valteir Martins atribui à burocracia da FUNAI as causas para o desinteresse da FUNAI e para o atraso em relação ao projeto ora referido. Mas certamente que a situação é bem mais complexa, pois de fato não existe no país uma política indigenista a nível governamental que proteja e garanta os direitos e interesses indígenas. De mais a mais, um projeto de criação de gado para o caso Dôw é bastante questionável, pois os indígenas sequer têm terras garantidas, nem se encontram em condições (físicas, psíquicas, etc...) para assumir, no momento, projeto pecuário, o qual requer não só treinamento especializado, mas também capacidade administrativa.

Valteir Martins juntamente aos Dôw estão desenvolvendo um plano, que pode ser considerado como mais adequado para a realidade presente desses indígenas. Eles estão pretendendo subir o Rio Negro e se deslocar para junto ao Rio Cuicuriari, no local acima da Cachoeira do Cajú. Neste local eles pretendem construir grandes roças de mandioca para a fabricação de farinha; lá também existe fartura de peixe e caça, o que pode viabilizar uma sobrevivência mais digna para os Dôw. Mas até o momento o Sr. Valteir Martins ainda não conseguiu os recursos para o deslocamento, pois os indígenas necessitarão de alimentos para ter condições de realizar os trabalhos de roça, de construção de habitações, etc..., o que deve ser realizado ainda no presente verão, para não retardar ainda mais o seu início.

Uma proposta para constituição de área indígena para os Dôw deve ser encaminhada o mais breve possível. A

mesma terá de atender os interesses indígenas bem como suas peculiaridades atuais. No caso, além de garantir uma área maior e que englobe o Sítio Uaruá, bem como uma outra área constituída por antigas ocupações Dôw, e que englobe a Serra do Cambari, áreas junto ao Rio Curicuriari e ao Rio Camburis, pois é junto a este que está a melhor área de caça, da qual os Dôw dependem para sobreviver. Evidentemente que todo um trabalho de identificação mais precisa deverá ser realizado, o qual, inclusive, deverá contar com a efetiva participação dos indígenas. A Área Indígena Dôw deverá constar, portanto, de duas glebas, a I referente ao Sítio Uaruá, e a gleba II, à Serra do Cambari e demais áreas acima referidas. Só um tal procedimento poderá efetivamente garantir os direitos territoriais da nação Dôw.

### 3. Aspéctos da organização sócio-cultural e política Dôw

A comunidade Dôw do Sítio Uaruá é atualmente composta de 71 pessoas (dados de 1987/abril), num total de 17 famílias. Esta nação tem uma língua própria, mas segundo Valteir Martins, a mesma contém inúmeras influências da língua Tukano, o que pode ser indicativo de um parentesco linguístico ou de influências via processos de dominação, já que os Dôw foram efetivamente dominados por aquela nação.

Os Dôw são caçadores e coletores tradicionais. Eles dominam o espírito da mata e por isto são considerados como exímios caçadores. Mas eles também se utilizam da pesca para a sua sobrevivência, especialmente no período em que as águas dos igarapés (eles só pescam em igarapés) sobem, oportunidade em que capturam os peixes com flechas. Os Dôw também têm um tipo específico de flauta com a qual conseguem mais facilmente capturar os peixes.

Da mata os Dôw também retiram outros materiais,

não só para a preparação de suas habitações e de cestos ("aturá"), mas também para comercialização. Para esta finalidade, além da caça eles coletam piaçava e cipó. Coletam também caranguejos junto ao Rio Negro, os quais são comercializados em São Gabriel da Cachoeira. É quase supérfluo dizer que os Dôw são profundamente explorados em sua força de trabalho. A produção por êles comercializada é sobre-explorada quando colocada no mercado. Um exemplo disto é que precisam trabalhar vários meses na coleta da piaçava, para pagar uma espingarda. Esta exploração se efetiva desde os primeiros contatos com os não indígenas, pois o primeiro patrão não índio que tiveram exigia que fossem até a Serra do Cambari coletar o cipó e em troca lhes entregava calções e cachaça. Junto aos Tukano eles viveram em situação de escravos, pois eram obrigados a preparar suas roças de mandioca.

No que se refere à problemática da agricultura entre os Dôw, há de se investigar, pois é discutível até que ponto êles já dominavam a tecnologia agrícola antes do contato com os Tukano ou, se a incorporaram por esta ocasião. Atualmente suas roças são basicamente de mandioca, com a qual preparam a farinha, elemento essencial em sua dieta alimentar.

Os Dôw dependem de uma série de produtos que não produzem, tais como ralador de mandioca e tipiti, que adquirem em trocas que realizam com os Tukano, ou de produtos industrializados que adquirem no mercado de São Gabriel da Cachoeira, e que se constitui basicamente de cachaça, álcool, sal, tecidos.

Em termos de organização social os Dôw são exogâmicos, o que precisa ser investigado com mais detalhamento. No entanto sabe-se que hoje êles estão com sérios problemas quanto às possibilidades reais de casamento, já que são discriminados pelos Tukano e outras nações, bem com por parte da so-



cidade não índia. De fato existem apenas dois casamentos intertribais, realizados com Maku. Segundo levantamento de Valteir Martins, para 13 rapazes, existem apenas 2 moças em grupo situado na faixa etária entre 7 e 18 anos.

Como decorrência da situação acima colocada e também em função do próprio alcoolismo existem muitos adúlteros na comunidade, o que torna difícil o já problemático relacionamento entre os três grupos domésticos exogâmicos que vivem no Sítio Uaurá. Quando estão alcoolizados é que os conflitos emergem com maior incidência, o que inclui agressões físicas de porte.

A situação de penúria em que vivem também tem dificultado o relacionamento dos Dôw com os seus vizinhos, pois constantemente se obrigam a furtar para satisfazer suas necessidades alimentares, o que é facultado pelo Código Penal Brasileiro, mas não aceito a nível regional. Aqueles atingidos reclamam constantemente de tal situação.

Segundo entendimento de Valteir Martins, os Dôw não têm, no momento, uma liderança política. Ele afirma que o alcoolismo e as precárias condições de vida da comunidade destruiu a organização política dos mesmos. Esta é também uma questão a ser investigada, para ser melhor entendida.

Já em termos de cosmovisão e religião os Dôw mantêm o xamanismo, ainda proibido para os não índios; os xamãs são chamados a atuar em momentos de doença o que indica um xamanismo ligado basicamente à processos de cura. Consta que cobram por seus serviços, os quais seriam, para as condições atuais, super valorizados. Neste sentido recentemente um Dôw teve que buscar apoio junto a um xamã Tukano para tratar de seu filho, pois não conseguiu todos os bens exigidos pelo xamã de sua comunidade.

Os Dôw também têm uma medicina e uma farmacologia própria, mas ambas estariam em franco desuso. Segundo seu entendimento os espíritos são as causas de todos os males. Por isto eles têm uma planta medicinal para cada espírito. O epadú é também utilizado pelos Dôw, em mistura com folha de embaúba e com cinza, cuja massa resultante é mascada constantemente. Há de se investigar em que medida o consumo do epadú também está ligado ao xamanismo.

Tudo indica que a cultura musical dos Dôw é muito rica pois eles têm 7 tipos diferentes de flautas, com destinações diversas. Algumas as mulheres não podem sequer ouvir. Há aquela utilizada para ajudar na captura de peixes.

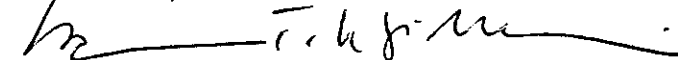
#### 4. As condições do contato

Certamente que os Dôw enfrentaram ao longo de sua existência enquanto nação diferentes situações de contato. No século passado (segunda metade ?) eles realizaram inúmeros deslocamentos, se defrontando basicamente com outras nações indígenas. Em tal situação não só se obrigaram a enfrentar agressões, perseguições, etc..., mas também dominaram diferentes ambientes, o que deve ter enriquecido seu patrimônio cultural.

Já o contato com os Tukano também se apresenta como uma nova situação pois foram submetidos à condição de escravos. Eles prepararam e cuidaram das roças de mandioca dos Tukano. Sofreram influências culturais, especialmente do ponto de vista linguístico, conforme Valteir Martins pode documentar. Junto aos Maku os Dôw têm mantido algum contato, especialmente a nível matrimonial (2 casamentos com Maku), mas tudo indica que suas relações estão se desfazendo, pois quando Valteir Martins os aconselha "a ir buscar esposa lá em cima", eles sequer se sentem estimulados.

O relacionamento com os não índios ocorre desde uns 70 anos atrás. Mas basicamente eles têm vivido uma situação única, marcada pela exploração da força de trabalho, pela dominação e pela opressão, conforme já foi indicado anteriormente. No presente estão a viver a relação com os missionários-linguistas da Associação de Linguistas Evangélicos Missionários que, pelo que se pode levantar, está fundamentada em respeito mútuo e em liberdade. A ter continuidade uma tal orientação, os Dôw poderão viver daqui para a frente uma outra experiência, a qual poderá caracterizar uma nova situação em sua relação com os não índios. Deste novo processo que se inicia a identidade da nação Dôw poderá sair fortalecida, o que deverá contribuir para que se altere também suas relações com os outros indígenas do Alto Rio Negro. A garantia efetiva de seus direitos territoriais poderá consolidar um tal processo (versão preliminar).

Brasília, 8 de Maio de 1987



Ligia T. Lopes Simonian  
Antropóloga

S. Gabriel

R. Amica

Perimetral posto



Poranga

ESTAB 307

Ponte

Ponte  
Cognata

Rodrigo  
Lamin

Ponte  
Taboas

Delio

R. Simiti

Cuca

Município de São Gabriel da Cachoeira

II Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, 30/04/87  
Documento Final da Comunidade Indígena do Rio Balaio, Estrada BR-307,  
km 20 da Perimetral Norte, Tribos DESANO, TUKANO, TARIANO e CABOCLA.

ASSUNTO, Solicitação de garantia de direitos constitucionais.

ENACAMINHADO A,           Ministério do Interior  
                                  Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento  
                                  Fundação Nacional do Índio

A comunidade indígena do rio Balaio, de acordo com a decisão unânime da II Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Rio Negro, nos dias 28, 29 e 30 de abril do corrente ano, em São Gabriel da Cachoeira, decide solicitar o apoio constitucional do governo federal para garantir os direitos históricos de nossas comunidades indígenas.

- 1ª) A comunidade liderada pelos abaixo assinantes, se instalou desde 1973 na área hoje a beira da estrada BR-307, km 20 da Perimetral Norte, tendendo hoje a crescer mais a cada ano. Esta comunidade composta de Desanos, Tukanos e Tarianos e Caboclos, solicita do Governo Federal, através dos seus Ministérios do Interior, da Reforma Agrária e Desenvolvimento e, especialmente da FUNAI, o apoio necessário para garantir, demarcar e homologar a sua terra.
- 2ª) Como vivemos numa faixa de terra cortada pela Estrada BR-307, a Perimetral Norte e enfrentamos todos estes anos grandes dificuldades no transporte, na saúde e na educação, solicitamos que os recursos do Projeto Calha Norte destinados às comunidades indígenas sejam prioritariamente alocados na solução desses problemas, TRANSPORTE, SAÚDE e EDUCAÇÃO, no caso do povo do Balaio.
- 3ª) Já que até hoje a FUNAI não tem conseguido satisfazer a todas as comunidades indígenas, nós da Comunidade Indígena do Rio Balaio desejamos buscar entendimento direto com a 5ª Companhia Especial de Fronteira, 5ª CEF, porque entendemos que através de uma reciprocidade

de em todos os níveis poderemos chegar a entendimentos conducentes ao desenvolvimento de projetos de agricultura, criação de suínos e bovinos, assim como de outros melhoramentos em termos de orientação técnica e de condições comerciais.

- 4) Dos assuntos tratados nesta Assembleia, no caso do Projeto Calha Norte, achamos interessante sempre e quando sejamos consultados para conjuntamente buscarmos a solução aos problemas que nos afetam.

Em nome da comunidade assinamos com nossos protestos de mais alta consideração e estima,

Armando Marinho Veloso

Armando Marinho Veloso  
Cap. da Comunidade Indígena do Rio Balaiso

Ricardo Marinho Veloso

Ricardo Marinho Veloso  
Vice-Cap.

Eugenio Marinho

Eugenio Marinho  
Catequista

João Batista Marinho

João Batista Marinho  
Cat. Seg.

Domingos Marinho

Domingo Marinho  
Animador

Claudio Sampaio

Claudio Sampaio  
Animador Seg.

COORDENADORIA DE TERRAS INDÍGENAS/SG/MIRAD

Informação Técnica nº 151

ENCAMINHAMENTO INICIAL PARA CONSTITUIÇÃO DA ÁREA INDÍGENA  
RIO XIÉ

Vinte e nove comunidades indígenas habitam as terras situadas ao longo do Rio Xié, Estado do Amazonas e, não tiveram suas ocupações identificadas por ocasião do processo de identificação da Área Indígena Içana/Xié. Estas comunidades são formadas basicamente pelos indígenas da nação Wariquena, sendo a última delas conhecida como Anamoim.

Agrava a situação destas comunidades o fato da Empresa Mineradora Paranapanema ter conseguido alvará de pesquisa em área contígua às ocupadas pelos indígenas Wariquena. Um outro fator que pode repercutir negativamente diz respeito ao fato de Galvão ter noticiado ser a nação Wariquena extinta (Cf.GALVÃO, 1959) o que, no entanto, não se sustenta ante simples levantamento in loco, e muito menos a nível das garantias legais/constitucionais existentes em relação aos direitos de posse e usufruto desta nação sobre as áreas que vêm ocupando de modo permanente.

Por uma avaliação da antropóloga Luciene Guimarães de Souza, ligada à Administração Regional da FUNAI em São Gabriel da Cachoeira, aproximadamente 720 indígenas vivem ao longo do Rio Xié (Cf.SOUZA, 1987), acima da área incluída na Área Indígena Içana/Xié e próximo à fronteira do Brasil com a Venezuela.

Embora as informações acima se apresentem de modo bastante fragmentário, as mesmas são suficientes para indicar a presença efetiva de inúmeras comunidades indígenas ao longo do Rio Xié, o que por si é suficiente para justificar a criação de um grupo de trabalho que tenha por objetivo básico a identificação da área indígena em questão, bem como a ela

boração de proposta de delimitação, a ser apreciada pelo GTI conforme Decr. 88.118/83, após o que, a área em questão deverá ser, definitivamente, regularizada.

Referências bibliográficas

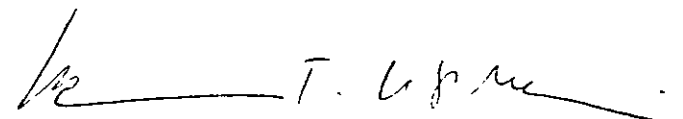
GALVÃO, Eduardo.

1959. Aculturação Indígena no Rio Negro. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série Antropologia, nº 7.

SOUZA, Luciene Guimarães de.

1987 (28/04). Informe verbal. São Gabriel da Cachoeira.

Brasília, 13 de Maio de 1987

  
Ligia T. Lopes Simonian  
Antropóloga



COORDENADORIA DE TERRAS INDÍGENAS/SG/MIRAD

Informação Técnica nº 152

PROPOSTA PARA REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS DE OCUPAÇÃO DOS DESANA,  
ARAPASSO E TUKANO, EM SÃO LUIZ, RIO NEGRO

A comunidade indígena de São Luiz, localizada junto ao Rio Negro, acima da sede do município de São Gabriel da Cachoeira/AM, se encontra bastante apreensiva em relação à garantia de seus direitos territoriais. Essa comunidade é formada por indígenas das nações Desana, Tukano e Arapasso, num total de 25 famílias, lideradas no momento pelo chefe Gilberto Mateus.

A apreensão destas comunidades se deve basicamente ao seguinte:

1) ao fato da FUNAI ainda não ter constituído um GT com vistas aos estudos preliminares de identificação e elaboração de proposta de delimitação da área indígena São Luiz e,

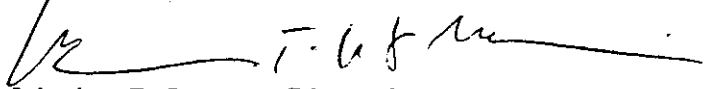
2) ao fato do INCRA estão titulando glebas no interior de sua área de ocupação, o que não só viola os preceitos constitucionais/legais vigentes, mas também cria condições para a eclosão de um clima de instranquilidade entre os indígenas, o que tende a se agravar, caso um tal processo não seja susinado e as titulações emitidas anuladas.

Conforme informações prestadas pelos indígenas de São Luiz, numa primeira aproximação eles pensam que o processo de identificação e constituição de sua área, deverá fazer a inclusão das terras da Serra do Caranguejo, as do Igarapé Cuandú e do Igarapé Domuriari, bem como todas as ilhas do Rio Negro, no trecho que vai da Ilha Tucandira até a Ilha do Beija Flor. De fato, a área indígena em questão deverá incluir, por ocasião de seu processo de regularização, as duas margens do Rio Negro, conforme apontado em croquis (Cf. ANEXO nº 1) pe-

indígena Gilberto Mateus.

Ante o exposto, necessário se faz a constituição de grupo de trabalho, o qual terá por objetivo primordial a identificação e a definição de proposta de delimitação da Área Indígena São Luiz, conforme já reivindicado pelos indígenas no IIº Encontro das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro, realizado em São Gabriel da Cachoeira, entre 28 e 30 de abril próximo passado, e em documento encaminhado pela liderança indígena local às autoridades competentes, conforme cópia em anexo (Cf. ANEXO nº 2).

Brasília, 13 de Maio de 1987

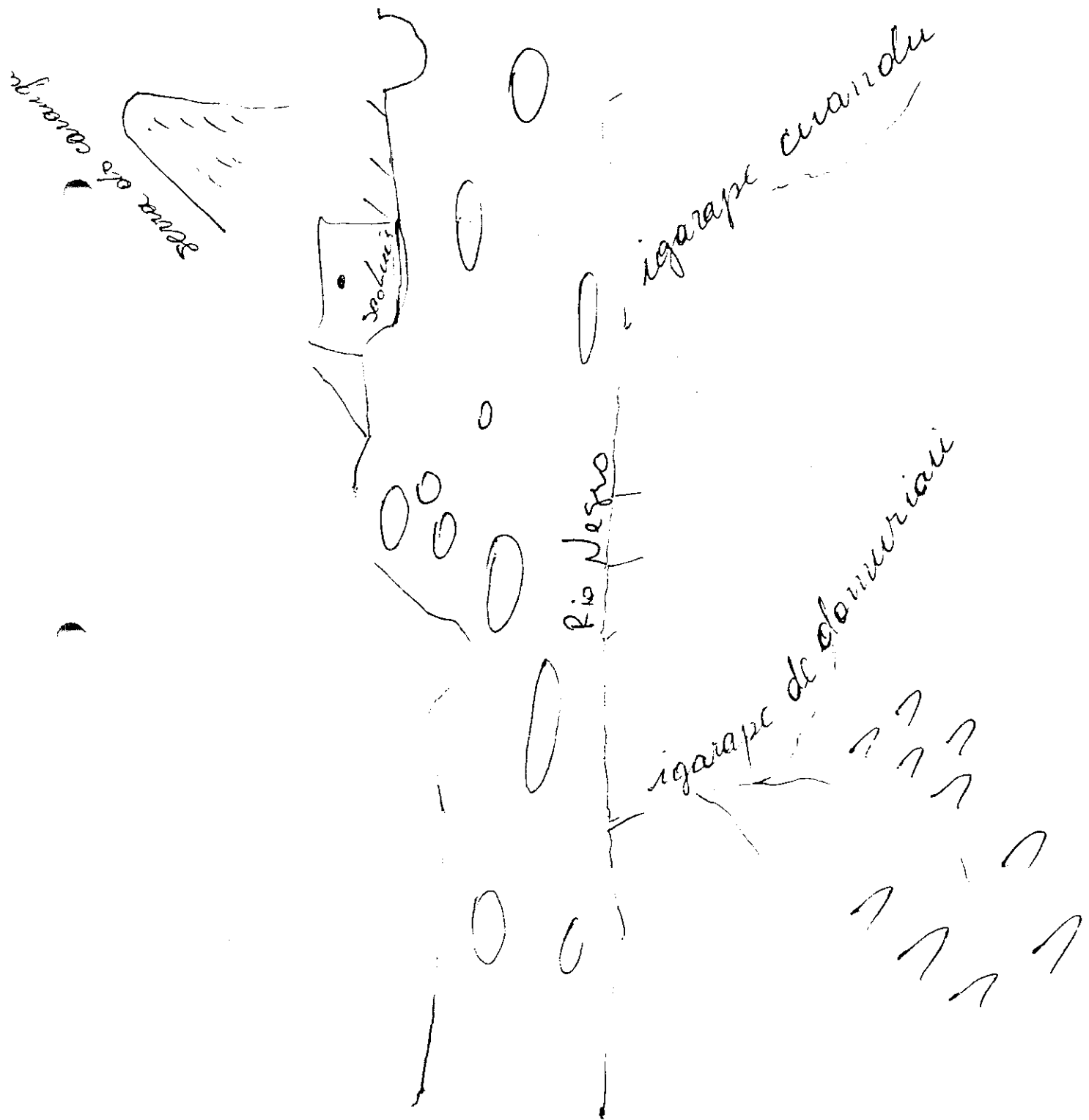


Ligia T. Lopes Simonian

Antropóloga

ANEXO Nº 1

ÁREA INDÍGENA SÃO LUIZ/ Município de São Gabriel da Cachoeira/AM; croquis cf. desenho do indígena Gilberto Mateus, elaborado em 29 de abril de 1987, por solicitação da antropóloga Ligia T.Lopes Simonian.



São Gabriel da Cachoeira, 29-04-87

Senhor Ministro do Interior do Mirad e Presidente da Funai.

Nós Indígenas da Comunidade de São Luiz, localizada junto ao Rio Negro, vimos até sua a Sua Excelencias reivindicar a demarcação de nossa área indígena. Nós consideramos fundamental a demarcação porque muitos brancos estão titulando terras no INCRA e nós temos que garantir a nossa terra para as gerações futuras.

São 25 famílias de índios tucanos, dessanos e arapassos que vivem na área São Luiz, e dela tiram seu sustento.

Sabemos que a Lei 6.001/73 e a Constituinte Federal garantem nossas reivindicações e direitos. Por isso precisamos do apoio do Governo para demarcar e homologar nossas terras.

Pensamos que a nossa área tem que incluir as terras da serra do Carangueijo do Igarapé Cuandú e Igarapé Domuriari. Também todas as terras circundantes, e as Ilhas que estão no Rio Negro, desde a Ilha Tucandira até a Ilha do Beija-Flor; essas são as nossas necessidades.

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE SÃO LUIZ

Chefe- Gilberto Mateus -

*Gilberto Mateus*.....

MEMBROS DA DIRETORIA

Francisco Mateus -

.....

Fernando Diniz-

.....

Cláudio Gabriel-

.....

Hilton Guilherme-

.....

COORDENADORIA DE TERRAS INDÍGENAS/SG/MIRAD

Informação Técnica nº 153

PROPOSTA PRELIMINAR PARA A CONSTITUIÇÃO DA ÁREA INDÍGENA  
BALAIO

Integrada pelos indígenas das nações Tukano, Desano, Tariano e 'Caboclo' a comunidade indígena denominada Balaio está a reivindicar a identificação e regularização das terras por ela ocupadas desde 1973. É neste ano que esses indígenas se instalaram junto à BR 307, a mais ou menos 20 kms. da Estrada Perimetral Norte, e a aproximadamente 50 kms. da sede do município de São Gabriel da Cachoeira/AM.

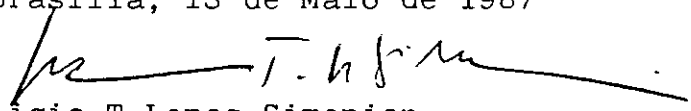
Na oportunidade da ocupação da área em 1973, os indígenas não encontraram nenhum ocupante não-indígena no perímetro que passaram a dominar. No entanto, nestes últimos três anos quatro (4) famílias de não índios já se instalaram em terras antes ocupadas pelos indígenas, as quais precisam ser imediatamente reassentadas pelo INCRA, para evitar consequências de maior gravidade e permitir aos indígenas a utilização da terra e dos recursos naturais.

A área proposta, conforme aproximação preliminar feita pelos indígenas em croqui (Cf. ANEXO Nº I), deverá ter em seus limites a estrada Perimetral Norte, o Rio Dimitri e o Rio Miuá. Esta área inclui em seu interior as áreas de caça, de pesca e de coleta, bem como aquelas destinadas pelos indígenas à produção agrícola. Os Igarapés Iamim, Balaio, Poronga e Rodrigo também se encontram em seu interior e são considerados pelos indígenas como o locus privilegiado para a pesca.

Os indígenas da comunidade Balaio aproveitaram a oportunidade oferecida pelo IIº Encontro de Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro, realizado entre 28 e 30 de

abril p.p. para exigir a regularização de suas ocupações bem como um maior atendimento de parte da Fundação Nacional do Índio, já que não têm recebido assistência alguma. Embora os dados aqui apresentados certamente careçam de maior precisão, os mesmos são suficientes para detonar um processo de regularização, já que a partir desta notícia se poderá instituir um grupo de trabalho com vistas à identificação da Área Indígena Balaio e elaboração de proposta de delimitação e consequente regularização. Por fim resta ressaltar que a Constituição Federal vigente e a Lei 6.001/73, assim como a jurisprudência e a doutrina respaldam as pretensões dos Desana, Tukano, Tariano e Caboclo de Balaio, no que concerne ao direito às terras que ocupam.

Brasília, 13 de Maio de 1987



Lúcia T. Lopes Simonian

Antropóloga

COORDENADORIA DE TERRAS INDÍGENAS/SG/MIRAD  
Informação Técnica nº 154

ÁREA INDÍGENA SERRA DA BOA ESPERANÇA: sugestões para enca-  
minhamento

Um novo movimento étnico começa a se consoli-  
dar no Alto Rio Negro, o qual tem por base a população urbana  
de São Gabriel da Cachoeira/AM., em sua maioria auto-identifi-  
cada como integrantes da nação Baré e falantes da língua ge-  
ral, o Nheengatú.

No IIº Encontro das Comunidades Indígenas do  
Alto Rio Negro, realizado entre 28 e 30 de abril p.p., em  
São Gabriel da Cachoeira, lideranças Baré da cidade de São Ga-  
briel da Cachoeira, assumiram de público sua identidade indí-  
gena e anunciaram também publicamente sua intenção de partici-  
par do movimento indígena do Alto Rio Negro. Essas lideranças,  
inclusive, conseguiram eleger dois (2) de seus representantes  
para a diretoria da Federação das Organizações Indígenas do  
Rio Negro, eleita em 30 de abril p.p., um dos quais na quali-  
dade de presidente da Federação.

A eleição de um Baré morador da cidade como  
primeiro presidente da FOIRN pode parecer estranha num primei-  
ro momento, mas ante uma análise mais atenta, é possível se  
verificar que uma tal eleição explicita o apoio que os demais  
indígenas do Alto Rio Negro (Tukano, Tariano, Arapasso, Yanoma-  
mi, Desana, etc...) vêm dando ao movimento étnico ora em pro-  
cesso de consolidação na região e, em especial, em São Gabriel  
da Cachoeira. Um tal apoio explicita também os anseios de to-  
das as comunidades do Alto Rio Negro, no sentido de um refor-  
ço mais geral da identidade indígena na região, o que certa-  
mente está se processando, e o que está ocorrendo com a auto-  
identificação indígena assumida pela maioria da população cita

dina de São Gabriel da Cachoeira.

Um informe da antropóloga Alba Figueiroa torna-se fundamental para o entendimento do processo de auto identificação étnica ora em consolidação no Alto Rio Negro, especialmente na medida que o mesmo aponta para uma realidade anterior, não mais de dois (2) anos atrás, em que a população citadina buscava esconder suas origens étnicas, sua língua específica (Nheengatú) (Cf.FIGUEIROA, 1987). Contraditoriamente as ameaças e as promessas do Projeto Calha Norte podem estar sustentando este novo processo de identificação étnica na região, principalmente aquele envolvendo a população indígena urbana de São Gabriel da Cachoeira. Ao mesmo tempo em que as lideranças Baré de São Gabriel da Cachoeira indicam temer o avanço de setores econômicos (principalmente os grandes complexos agro-pecuários e os ligados à mineração) agressivos, que podem não só impor processos expropriatórios (em relação à terra), mas também a destruição do sistema ecológico, elas pretendem participar dos benefícios que o referido Projeto pode levar até a região e, em especial, às populações indígenas (no setor da saúde, dos transportes, da educação, etc...).

Assim sendo, como decorrência de sua preocupação em relação ao Projeto Calha Norte, as lideranças Baré estão propondo não só o reconhecimento da sede do município de São Gabriel da Cachoeira como área indígena (e, evidente que também os seus arredores)(e como justificativa levantam a questão da maioria da população local -cerca de 95%- ser indígena), mas também a constituição de uma outra área indígena a ser utilizada pela população local com vistas à produção agrícola. Esta área seria implantada na Serra da Boa Esperança, a qual seria denominada Área Indígena Serra da Boa Esperança, e teria como destinação a ocupação por parte da população

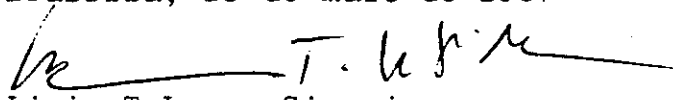


Baré de São Gabriel da Cachoeira, parte da qual foi expulsa do campo, por ocasião da implantação de rodovias na região (Perimetral Norte e BR 307) e mesmo de unidade do Exército. Com a criação de tais áreas indígenas a população Baré poderá ter seu direito à terra garantido, o que viabilizará, inclusive, o incremento da produção agro-pecurária de subsistência local.

Antes da criação da FOIRN, a Associação Beneficente das Senhoras de São Gabriel da Cachoeira já vinha levantando a problemática do acesso à terra para a população indígena local, especialmente para aqueles que se viram forçados a se deslocar do campo para a cidade em tempos recentes.

Ante o exposto a Coordenadoria de Terras Indígenas da Secretaria Geral do MIRAD sugere a formação de um GT, o qual além de representante da FUNAI e do MIRAD, conte também com um representante do MDU e da SEMA, e tenha por objetivo específico estudar a situação da população indígena Baré de São Gabriel da Cachoeira, bem como a formulação de propostas em relação à constituição de área indígena urbana e da Área Indígena Serra da Boa Esperança.

Brasília, 13 de maio de 1987

  
Ligia T. Lopes Simonian  
Antropóloga

Referências bibliográficas

A CRÍTICA.

1987/30/04. São Gabriel é a capital dos índios e seus  
anseios. Manaus.

FIGUEIROA, Alba.

1987. Informe verbal. São Gabriel da Cachoeira (30/04).

SIMONIAN, Ligia T.Lopes.

1987. Anotações de Campo. São Gabriel da Cachoeira.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
COORDENADORIA DE TERRAS INDÍGENAS - CTI

CARTA/ENCAMINHAMENTO/CTI/Nº 142

Em, 18 / 05 / 87

**AO:** CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - CEDI  
a.c. CARLOS ALBERTO RICARDO

Encaminhamos nesta data para seu conhecimento os seguintes documentos: DOSSIÊ: Proposta para encaminhamento de processos de constituição de áreas indígenas no Alto Rio Negro.

---

---

---

Sem mais, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

  
ANDRÉ JUNQUEIRA AYRES VILLAS BÔAS  
COORDENADOR